Acervo ISA

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. :

DATA : 19 7 85

PG. : 5

Jucá atua para legalizar a garimpagem em Roraima

BRASÍLIA — Bastaram duas horas de uma reunião a portas fechadas para que o governador de Roraima, Romero Jucá Filho, conseguisse sua maior vitória política na polêmica em torno da exploração de recursos minerais em terras indígenas: convenceu o ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, a afastar a hipótese de intervenção militar contra os garimpeiros que atuam em reservas indígenas e ainda conseguiu a criação de um grupo de trabalho que enviará ao Congresso mensagem regulando a exploração de ouro no estado, incluídos os territórios indígenas e as florestas do Parque Nacional de Monte Roraima.

Embora o grupo, que começou a trabalhar ontem, só vá apresentar o resultado na próxima terça-feira, participantes da reunião anteciparam que seu trabalho legalizará a situação dos 40 mil garimpeiros de Rondônia transformando os garimpos em cooperativas e pequenas empresas nacionais de mineração, aproveitando o vazio da legislação.

Durante duas horas, o governador Jucá, que defendeu a legalização do garimpo nas reservas indígenas, reuniu-se com o ministro Fialho.

— Os índios querem motosserra, escola, agricultura e parte da renda do garimpo — afirmou Jucá na reunião. Foi contestado pelos presidentes da Funai, Íris Pedro de Oliveira, e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita.

— Temos que pensar do ponto de vista ambiental — rebateu Mesquita, que lamentou que setores como a Igreja, os índios e os grupos ambientalistas estivessem fora da discussão. — Não podemos aceitar soluções ilegais que importem em danos ao meio ambiente — insistiu, temendo o precedente de se permitir garimpo em área indígena.

Funai com Ibama — A posição de Mesquita teve o apoio na reunião, a portas fechadas, do presidente da Funai, que insistiu em que hoje a garimpagem na região é uma ilegalidade, contrariando o Artigo 231 da Constituição.

Segundo um dos participantes da reunião, a criação do grupo de trabalho - composto de representantes do Ministério das Minas e Energia, governo de Roraima, Ibama, Funai e Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (Saden) - foi uma "vitória política" de Jucá, que não aceita que os garimpeiros sejam retirados militarmente da região.

Durante a reunião, a posição de Romero Jucá foi apoiada pelo coronel Euclimar Lima da Silva, da Saden, que acredita que "não se pode abrir mão da mineração na região" e defendeu a busca de uma fórmula para tentar tornar legal a garimpagem lá.

Índios calados — Para acabar com o que chamou de "farsas e manipulações de órgãos indigenistas com finalidades políticas, o ex-presidente da União dos Sindicatos e Associação dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), José Altino Machado, apresentando-se como porta-voz dos garimpeiros, levou ao ministro três índios surucurus e auaris (José, Tomás e Macuxi). Os índios permaneceram sempre calados e alheios à discussão, mas foram apresentados como uma prova de seu apoio à permanência dos garimpeiros em áreas indígenas.

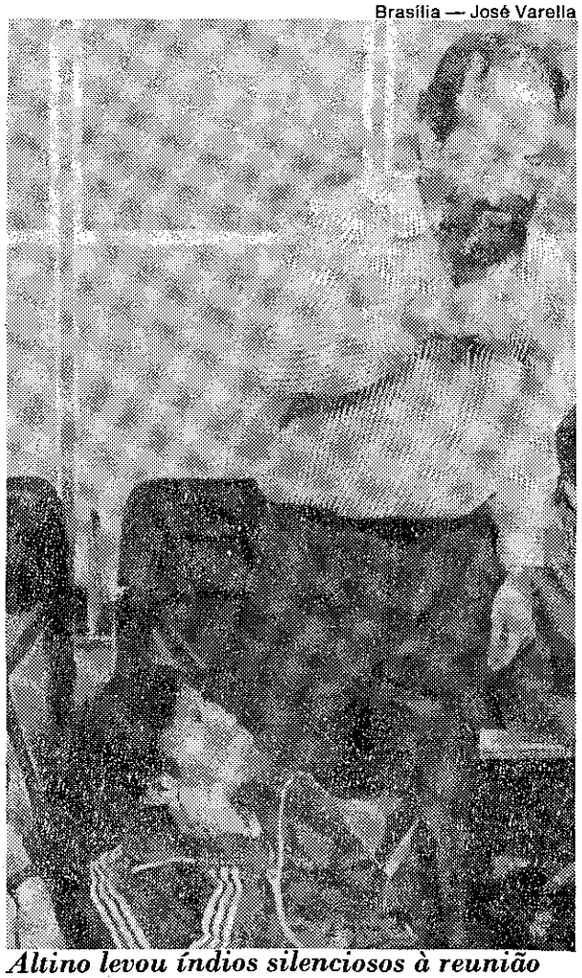
O governador Romero Jucá justifica a exploração com cifras: segundo ele, enquanto oficialmente a extração mensal de ouro no estado não passa de 700 quilos, cerca de quatro toneladas de ouro deixam a região ilegalmente no mesmo período.

Sobre a participação da Igreja nas discussões, sugerida por Fernando César Mesquita, um dos representantes da Saden ironizou:

— Padre para mim só é representante de Deus.

E manipulados — O coordenador do programa Povos Indígenas no Brasil, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), antropólogo Carlos Alberto Ricardo, a propósito dos índios levados por Altino à reunião "para supostamente apoiar os garimpeiros", disse que eles representam apenas uma pequena minoria entre os ianomâmis que está sendo usada pelos garimpeiros:

Brasília — José Varella



Altino levou índios silenciosos à reunião

— É coisa de poucos indivíduos das tribos, que não são seus líderes, mas os que falam português e, por isso, detêm algum poder, no mínimo como intermediários entre o índio e o branco.

Segundo o antropólogo, os ianomâmis, que têm muito pouco contato com o branco, estão num beco sem saída: são ao todo 450 aviões que voam de Boa Vista à pista de Paapiú, onde já há em média 300 operações de pouso e decolagem por dia, num barulho infernal.

— Os índios não tem o que comer (a caça fugiu) nem com quem reclamar. Estão negociando com os garimpeiros numa situação de pressão extrema - disse Carlos Alberto.

Quanto a Paapiú, a Procuradoria Geral da República entrou com ação na Justiça federal pedindo liminar para interdição imediata das pistas de pouso clandestinas da área dos ianomâmis (Parque do Pico da Neblina e Floresta Nacional de Roraima), na divisa Amazonas-Roraima. O procurador Osvaldo José Barbosa da Silva e o subprocurador-geral Carlos Vítor Muzzi denunciam, na ação, que 50 mil garimpeiros incentivados por "astutos" atravessadores e apoiados "irresponsavelmente" pelo governador nomeado de Roraima, Romero Jucá Filho, estão ponde em risco os mais de 20 mil ianomâmis que vivem na região.